

DIALOGISMO TEXTUAL-DISCURSIVO: UM ESQUEMATISMO CONTRAFACTUAL

TEXTUAL-DISCURSIVE DIALOGISM: A COUNTERFACTUAL SCHEMATISM

Thiago Barbosa Soares¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este ensaio pretende empreender um estudo, à luz da filosofia concreta (Santos, 1956, 1960, 1967), sobre o esquematismo contrafactual no interior do qual o dialogismo é forjado como conceito explicativo. Assim, para organizar a arquitetura formal deste escrito, criam-se, posteriormente, duas seções, **Críticas ao dialogismo**, na qual se descreve panoramicamente alguns comentários acerca dessa metáfora desenvolvida por Bakhtin, e **Esquematismo contrafactual do dialogismo**, na qual se objetiva demonstrar suas fragilidades por meio da exemplificação experiencial. Como um dos resultados, chegou-se à idealização das relações dialógicas e às fragilidades do dialogismo ante discursos autoritários, demonstrando, entre outras coisas, que a universalização teórica proposta por Bakhtin, embora engenhosa, frequentemente opera como um esquema abstrato, distante da realidade concreta das práticas discursivas.

Palavras-chave: Dialogismo; Contrafactualidade; Filosofia concreta.

Abstract: This essay aims to undertake a study, in light of concrete philosophy (Santos, 1956, 1960, 1967), on the counterfactual schematism within which dialogism is forged as an explanatory concept. Accordingly, to structure the formal architecture of this text, two sections are subsequently developed: **Critiques of Dialogism**, which offers a panoramic overview of various commentaries on this metaphor developed by Bakhtin; and **Counterfactual Schematism of Dialogism**, which seeks to demonstrate its weaknesses through experiential exemplification. As one of the outcomes, the idealization of dialogical relations and the vulnerabilities of dialogism in the face of authoritarian discourses were identified—demonstrating, among other points, that the theoretical universalization proposed by Bakhtin, though ingenious, often operates as an abstract scheme, removed from the concrete reality of discursive practices.

Keywords: Dialogism; Counterfactuality; Concrete philosophy.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>.

Considerações iniciais

Sobre o dialogismo, muito foi dito desde sua criação pelo russo Mikhail Bakhtin. Pouco importando se o filósofo ou seu círculo de estudantes e colaboradores foi o autor desse conceito, a sombra dos efeitos de tal produção metafórica faz-se sentir em praticamente todas as áreas das ciências humanas. Das teorias literárias às investigações sociológicas, passando pela ética filosófica e pela ética política, entre outras, chegando à pedagogia, o dialogismo é considerado um achado explicativo para fenômenos inerentes à própria linguagem. Nesse direcionamento, a produtividade segundo a qual o dialogismo pauta um conjunto incontável de estudos, investigações, monografias, dissertações e teses, além de fundamentar a matriz teórica de projetos políticos pedagógicos e seus norteadores, como a BNCC, faz dele uma espécie de termo talismã.

Diante das considerações expostas, impõe-se uma elucidação mais acurada do conceito de dialogismo, o qual ocupa posição central na obra de Bakhtin e de seus comentadores. Trata-se de uma concepção segundo a qual a linguagem e a comunicação humanas são, em sua essência, fenômenos constitutivamente dialógicos, ou seja, irreduzíveis à lógica do monólogo ou da unicidade semiótica. Em termos bakhtinianos, todo enunciado inscreve-se numa cadeia discursiva preexistente, sendo sempre uma resposta, explícita ou implícita, a discursos anteriores e, ao mesmo tempo, uma antecipação de réplicas futuras. A linguagem, portanto, não emerge do sujeito isolado, mas constitui-se como campo de forças ideológicas, permeado por vozes sociais, históricas e culturais em constante embate e negociação.

Essa concepção pretende romper com paradigmas estruturais que viam a linguagem como sistema fechado ou neutro, revelando seu caráter profundamente relacional, histórico e ideológico. A noção de dialogismo, assim concebida, desdobra-se em categorias correlatas e igualmente complexas, como a polifonia, entendida como a convivência de múltiplas vozes autônomas em uma mesma tessitura discursiva, e a heteroglossia, que designa a multiplicidade de linguagens sociais (dialetos, registros, jargões, gêneros discursivos) em tensão no interior de uma cultura. Tais categorias não apenas enriquecem a análise dos textos literários, domínio privilegiado por Bakhtin, como também oferecem aportes teóricos para o exame de práticas discursivas em contextos educacionais, midiáticos, políticos e institucionais.

Todavia, este ensaio pretende empreender um estudo, à luz da filosofia concreta (Santos, 1956, 1960, 1967), sobre o esquematismo contrafactual no interior do qual o dialogismo é forjado como conceito explicativo. Para tanto, além da apreciação de seus efeitos mediante a concretude da experiência, volta-se para suas propriedades metalinguísticas. Antes de adentrar à propositura primeira deste texto, envereda-se por um recenseamento de críticas feitas à noção em questão. Assim, para organizar a arquitetura formal deste escrito, criam-se, posteriormente, duas seções, **Críticas ao dialogismo**, na qual se descreve panoramicamente alguns comentários acerca dessa metáfora desenvolvida por Bakhtin, e **Esquematismo contrafactual do dialogismo**, na qual se objetiva demonstrar suas fragilidades por meio da exemplificação experiencial. Ao final, nas **Considerações finais**, o percurso aqui percorrido é avaliado com vistas a sua contribuição para o esclarecimento do dialogismo e, eventualmente, de alguns de seus empregos.

Críticas ao dialogismo

Embora a teoria dialógica de Bakhtin tenha revolucionado os estudos da linguagem e das ciências humanas ao enfatizar a natureza polifônica e social da comunicação, sua obra não está isenta de críticas fundamentais. Estudiosos de diversas vertentes teóricas apontam lacunas epistemológicas, idealizações conceituais e limitações práticas que merecem análise aprofundada. Eis três críticas feitas ao dialogismo: hibridismo conceitual e falta de sistematização; idealização da relação dialógica e assimetrias de poder; e limitações ante discursos autoritários e monológicos. Volta-se a cada uma delas então.

Bakhtin postula que todo enunciado é uma resposta a discursos anteriores e, simultaneamente, um convite a respostas futuras, configurando o que ele entende como a natureza intrinsecamente responsiva e responsorial da linguagem. Nessa perspectiva, o ato de enunciar não se reduz a uma emissão isolada de sentido, mas funda-se em uma ética da escuta, pela qual o sujeito discursivo se constitui em relação com a alteridade. A linguagem, para o autor, nunca é expressão unívoca de uma subjetividade fechada, mas sempre atravessada por vozes outras, constituindo-se como um campo dialógico de forças em tensão. Aqui se encontra o hibridismo conceitual e falta de sistematização, que atravessa as obras produzidas por Bakhtin e seus colaboradores.

Contudo, essa concepção generosa do diálogo foi progressivamente tensionada por críticas que visam problematizar seu potencial idealizante, sobretudo no que tange às assimetrias estruturais que atravessam a produção e a circulação dos discursos. Sobre isso diz Maingueneau (2008, p. 112): “O dialogismo pressupõe uma simetria ilusória entre interlocutores, ignorando que os discursos são articulados em campos de força onde hierarquias sociais, raciais e de gênero determinam quem pode falar e quem será ouvido”. Essa advertência aponta para a necessidade de considerar que os interlocutores nem sempre compartilham condições equânimes de enunciação, e, mais gravemente, que certas vozes são sistematicamente silenciadas ou deslegitimadas no interior dos circuitos comunicacionais. Ora, aí está a idealização da relação dialógica e assimetrias de poder.

A crítica torna-se ainda mais contundente quando lida à luz das teorias pós-coloniais. Spivak (2010, p. 27) formula uma interrogação crucial: “Pode o subalterno falar em um diálogo bakhtiniano? Ou sua voz é sempre já mediada pelos códigos do colonizador?”. Tal questionamento desestabiliza a premissa de uma interlocução universalmente acessível, revelando que as vozes subalternas não apenas são excluídas, mas, quando ouvidas, são filtradas e reinterpretadas pelos códigos dominantes, de modo a neutralizar sua alteridade. Aqui, a crítica ao dialogismo se articula à denúncia da epistemologia colonial que subjaz aos modos ocidentais de produção de conhecimento e de reconhecimento discursivo.

Essa inquietação ecoa, de maneira aguda, no espaço virtual contemporâneo, especialmente nas redes sociais digitais, comumente exaltadas como arenas de pluralidade e polifonia discursiva. Souza e Carvalho (2022, p. 94), em análise acurada dos discursos políticos no Twitter, concluem que: “A aparente polifonia das redes sociais mascara a reprodução de monopólios narrativos, onde vozes periféricas são cooptadas ou apagadas por algoritmos”. Em tais ambientes, a lógica algorítmica atua como um novo dispositivo de censura estrutural, mascarando desigualdades sob a aparência de democratização comunicativa. Trata-se de uma espécie de “heteroglossia controlada”, na qual a multiplicidade de vozes existe formalmente, mas é funcionalmente subordinada a mecanismos invisíveis de exclusão.

Ainda sob uma ótica materialista, as críticas marxistas enfatizam o condicionamento das relações dialógicas pelas estruturas econômicas. Eagleton (2011, p. 145) assinala com propriedade: “A materialidade das relações de produção condiciona o

diálogo: um trabalhador explorado não dialoga em pé de igualdade com seu patrão, por mais polifônico que seja o texto”. Tal afirmação reforça a noção de que o diálogo não ocorre em um vácuo ideológico, mas está sempre enredado nas lógicas de dominação que regulam o espaço social, revelando que, mesmo em contextos aparentemente abertos, o lugar de fala é também um lugar de poder.

Bakhtin contrapõe o dialogismo ao monologismo, que associa a formas de discurso autoritário e fechado, incapazes de acolher a alteridade. No entanto, diversos teóricos têm argumentado que a teoria bakhtiniana subestima a eficácia das estratégias monológicas contemporâneas, que não apenas suprimem a pluralidade de vozes, mas a simulam. Nesse ponto, Bourdieu (1996, p. 89) observa que “certos campos — como o religioso ou o político — institucionalizam censuras invisíveis, definindo o que é dizível e o que é heresia”. Ou seja, a possibilidade de dizer algo, ou mesmo de participar de um suposto diálogo, está subordinada a normas pré-estabelecidas que delimitam o admissível, instaurando formas simbólicas de coerção discursiva.

Em regimes totalitários, essa operação atinge sua forma mais perversa. Fairclough (2001, p. 76) alerta que: “O discurso autoritário não é simplesmente monológico; ele se apropria de elementos dialógicos para simular consenso, como no uso de fake news que citam falsas 'fontes' para legitimar narrativas únicas”. Aqui, o monologismo se camufla sob as vestes do diálogo, apropriando-se da aparência da diversidade discursiva para consolidar a hegemonia de uma única visão de mundo. Trata-se de um discurso parasitário, que instrumentaliza a retórica do contraditório para neutralizá-lo. Eis as limitações ante discursos autoritários e monológicos.

Essa estratégia é também diagnosticada por Chauí (2014, p. 203), ao analisar a retórica fascista: “A eficácia do monologismo está em sua capacidade de parodiar o diálogo, criando a ilusão de debate enquanto reforça dogmas”. Em tais contextos, o discurso autoritário não apenas se recusa à escuta, mas simula deliberadamente a interlocução como forma de manipulação simbólica. Essa paródia do diálogo representa um desafio direto à tese bakhtiniana de que todo enunciado é, por natureza, aberto à resposta, pois demonstra que o espaço discursivo pode ser capturado por estratégias que interditam, desde sua origem, a possibilidade de um verdadeiro contraditório.

As três principais críticas direcionadas ao dialogismo foram devidamente demonstradas: a primeira diz respeito ao hibridismo conceitual e à falta de sistematização

teórica, que compromete a clareza e a aplicabilidade do conceito; a segunda crítica aponta para a idealização da relação dialógica, frequentemente desconsiderando as assimetrias de poder que atravessam os discursos; por fim, a terceira crítica evidencia as limitações do dialogismo diante de discursos autoritários e monológicos, nos quais a abertura à alteridade é drasticamente reduzida ou mesmo anulada. Com essas objeções delineadas, passa-se agora à análise do esquematismo contrafactual do dialogismo, em que se investiga a tensão entre sua proposta teórica e os limites de sua operacionalização frente à realidade discursiva.

Esquematismo contrafactual do dialogismo

O dialogismo é a ideia de que toda enunciação é parte de uma rede de vozes sociais. Bakhtin afirma: “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Não existe palavra neutra” (Bakhtin, 2011, p. 95). Isso significa que toda fala ou texto responde a enunciados anteriores e antecipa respostas futuras, configurando-se como um ato dialógico. Para Bakhtin, a linguagem é um fenômeno social e histórico, marcado pela interação contínua entre interlocutores. O monologismo, em contraste, ignora essa pluralidade, impondo uma única perspectiva (Bakhtin, 2008).

Eis um ponto muito importante para a compreensão do esquematismo contrafactual do dialogismo, o contexto, ou as condições de recepção/produção do texto. A relação entre dialogismo e contexto é central na teoria de Bakhtin, pois o dialogismo pressupõe que toda enunciação só adquire significado dentro de um contexto social, histórico e cultural específico. Para Bakhtin, a linguagem não é um sistema abstrato, mas uma prática viva, moldada pela interação entre interlocutores e pelas condições materiais em que ocorre. Nos termos do próprio autor: “A palavra está metade alheia. Ela se torna ‘própria’ quando o locutor a povoa com sua intenção, seu acento, quando a domina para seus próprios fins” (Bakhtin, 2011, p. 113). Essa apropriação só ocorre em um contexto específico, que determina o sentido da palavra. Por exemplo, a expressão “liberdade” varia conforme é usada em um discurso político, uma obra literária ou uma conversa cotidiana.

A ironia é um caso emblemático da relação dialogismo-contexto. Seu significado

depende inteiramente do contexto compartilhado entre locutor e interlocutor. Por exemplo, a frase “Que dia maravilhoso!” pode ser sincera ou irônica, a depender de fatores como tom de voz, situação climática ou relação entre os falantes. Bakhtin explica: “A entonação valorativa é o elemento que mais diretamente liga o enunciado à realidade extralinguística” (Bakhtin, 2011, p. 134). Todavia, o desconhecimento de determinados elementos culturais, ou mesmo o desconhecimento dos interlocutores participantes do processo comunicativo, pode alterar a compreensão da ironia. Ora, é precisamente sobre a situação concreta que o esquematismo contrafactual do dialogismo opera equalizando todos os participantes. Em outros termos, o dialogismo, tal como concebido por Bakhtin, parte do pressuposto universalizante de que todos conhecem as circunstâncias nas quais um texto é produzido, uma vez que esse dialoga com outros e suas condições de produção e emergência, isto é, o contexto.

Para a oposição ao esquematismo contrafactual logicista presente no dialogismo, parte-se de outro sistema teórico, a filosofia concreta. Essa parte do princípio de identidade, que afirma que “o ser é, e o não-ser não é” (Santos, 1956, p. 45). Essa base ontológica rejeita sistemas filosóficos que priorizam abstrações idealistas ou reducionistas, como o positivismo. Para Ferreira dos Santos, a realidade concreta é o ponto de partida para qualquer investigação, integrando dimensões existenciais, lógicas e metafísicas (Santos, 1960). Como prever todo o contexto? Como alguém que não sabe que um texto é derivado de outro pode entender o segundo sem o primeiro? De acordo com as respostas a essas perguntas, o dialogismo é funcional apenas do ponto de vista teórico por fazer de seus adeptos altos eruditos, ou melhor, por fazer deles seres divinos capazes de saber que palavras dialogam com palavras e, precisamente, por saber com quais e com quem dialogam.

O dialogismo, enquanto proposta teórica, pode incorrer em um certo abstratismo quando se descola das condições concretas de produção discursiva, operando com a ideia de diálogo como um princípio universal e atemporal, muitas vezes sem considerar os determinantes históricos, sociais e institucionais que regulam a circulação e o reconhecimento das vozes. Esse abstratismo manifesta-se em um esquematismo contrafactual: parte-se da premissa de que toda enunciação é, por definição, dialógica, mesmo quando não há, de fato, espaço para resposta, negociação ou deslocamento de sentido. Assim, o dialogismo torna-se uma estrutura teórica projetada sobre situações que,

na prática, resistem à interlocução, o que compromete sua potência analítica ao lidar com discursos autoritários, performances institucionalizadas de saber-poder ou regimes comunicacionais que neutralizam a alteridade.

A contrafactualidade do dialogismo torna-se evidente em contextos nos quais a estrutura formal do discurso sugere uma abertura dialógica, mas essa abertura é apenas simulada ou anulada por práticas discursivas unilaterais. Um exemplo claro são os pronunciamentos oficiais de instituições estatais ou corporativas que utilizam a retórica da escuta e da participação, como audiências públicas, consultas populares ou campanhas de “diálogo com a sociedade”, porém, cuja decisão já está previamente tomada, impossibilitando qualquer efetiva co-construção de sentido. Outro caso ocorre em ambientes escolares ou acadêmicos marcados por hierarquias rígidas, onde a palavra do professor ou especialista impõe-se como verdade incontestável, mesmo que envolva em aparente troca comunicativa. Também nas redes sociais, embora haja multiplicidade de vozes, observa-se a formação de bolhas discursivas e a disseminação de discursos de ódio ou cancelamento, que eliminam o espaço para a escuta do outro. Nessas situações, o princípio dialógico permanece apenas no plano teórico, funcionando como um esquema abstrato que não encontra correspondência empírica, ou seja, revela sua contrafactualidade.

A filosofia concreta de Mário Ferreira dos Santos (1956) permite não apenas corrigir os excessos do dialogismo, mas também questionar seu próprio núcleo conceitual. Ao afirmar que o pensamento deve partir do real concreto e manter-se em vínculo com ele, Santos critica toda forma de construção teórica que se divorcia da existência — o que inclui, em certa medida, o dialogismo, quando este é tomado como estrutura universal da linguagem. O pressuposto dialogista, segundo o qual toda enunciação é necessariamente voltada ao outro, envolve uma metafísica da alteridade que nem sempre se verifica no plano da realidade. Há situações comunicativas em que o outro é pura função retórica, e o discurso se constitui sem abertura à resposta ou à relação, como ocorre, por exemplo, em discursos totalitários, performáticos ou autorreferenciais. Nesses casos, a exigência de dialogicidade perde força explicativa.

A filosofia concreta, ao contrário, parte da existência concreta do sujeito e da linguagem como manifestações enraizadas no mundo, reconhecendo que o discurso pode tanto se abrir ao outro quanto se fechar em si mesmo. Portanto, ao absolutizar a dimensão

dialógica, o dialogismo incorre em um esquematismo idealista, que a filosofia concreta denuncia como abstração deslocada do real. Assim, Santos (1956) nos oferece as ferramentas conceituais para compreender que nem todo discurso é, por natureza, dialógico, uma vez que o verdadeiro critério de validade filosófica está em sua correspondência com a realidade vivida.

A experiência concreta da leitura literária oferece um exemplo eloquente da limitação do dialogismo enquanto esquema explicativo universal. Imagine-se um aluno que, sem qualquer familiaridade com o contexto histórico-cultural da Rússia czarista ou do Brasil oitocentista, entra em contato com obras densas como *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, ou *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Mesmo desprovido das chaves dialógicas, isto é, sem conhecer os interlocutores implícitos, os embates ideológicos ou as vozes múltiplas que teoricamente constituem o romance, esse leitor ainda é capaz de apreender figuras, dilemas humanos, tensões morais e contradições existenciais que ressoam com sua própria experiência concreta. Tal fato demonstra que o sentido não depende, necessariamente, de uma cadeia dialógica consciente ou de uma estrutura relacional entre vozes históricas, antes, pode emergir diretamente da experiência do leitor enquanto sujeito situado no mundo.

Para Mário Ferreira dos Santos (1956, 1960, 1967), a possibilidade descrita acima revela que a linguagem e a compreensão partem de um logos enraizado na existência e não de esquemas teóricos previamente concebidos. O dialogismo, nesse caso, revela sua contrafactualidade: projeta uma exigência de diálogo onde, de fato, a significação realiza-se sem ele, por vias concretas, sensíveis e existenciais. Portanto, a filosofia concreta confirma que o sentido não é um produto exclusivo da intertextualidade, mas uma atualização ontológica que ocorre no encontro entre o ser e a obra, independentemente da mediação dialógica idealizada.

O esquematismo contrafactual do dialogismo também se estende ao campo dos gêneros textuais, onde seu caráter abstrato evidencia-se com ainda mais nitidez. A tentativa de justificar a organização dos textos e discursos com base em relações dialógicas, como faz a tradição inspirada em Bakhtin, ignora o fato de que a tipificação textual antecede essa concepção e encontra fundamentos mais sólidos em abordagens clássicas, como a de Aristóteles. Já na Poética, o filósofo grego identificava distintos modos de composição textual (épico, lírico e dramático) com base em critérios formais,

funcionais e retóricos, sem recorrer à noção de dialogismo. Esses gêneros organizam-se a partir da intenção comunicativa, da estrutura interna e da relação com o mundo, e não da suposição de uma interlocução constitutiva entre vozes, conforme elucida Soares (2025) sobre os quatro discursos (a poética, a retórica, a dialética e a lógica).

Diante do que foi exposto, aplicar o dialogismo como chave interpretativa e explicativa para a constituição dos gêneros textuais, portanto, representa uma sobreposição teórica que desconsidera tanto a tradição retórica quanto a autonomia formal e pragmática dos próprios textos. A filosofia concreta de Mário Ferreira dos Santos (1956, 1960, 1967) reitera esse ponto ao exigir que as categorias filosóficas e analíticas tenham lastro no real: se os gêneros podem ser compreendidos sem a mediação do dialogismo, então este apresenta-se como uma abstração desnecessária, isto é, um esquema contrafactual que pretende universalidade onde há pluralidade de fundamentos concretos e históricos.

Portanto, torna-se manifesto que o dialogismo, quando elevado à condição de explicação universal dos processos discursivos-comunicacionais, revela-se um esquema analítico excessivamente abstrato e contrafactual. Sua aplicação indistinta a fenômenos tão diversos quanto a leitura literária, a constituição dos gêneros textuais ou a produção institucional de discursos ignora as singularidades concretas de cada prática enunciativa, recaindo em generalizações que pouco dizem sobre a experiência real da linguagem. Ao desconsiderar tradições anteriores, como a poética e a retórica aristotélica, e ao projetar a dialogicidade como condição ontológica de todo dizer, o dialogismo perde contato com o solo firme da realidade, justamente o que a filosofia concreta de Mário Ferreira dos Santos (1956, 1960, 1967) exige como critério mínimo de validade.

Em vez de descrever de modo rigoroso e fenomenologicamente enraizado os modos pelos quais o sentido emerge na tessitura concreta dos discursos, o dialogismo incorre na antecipação teórica de categorias que, embora conceitualmente engenhosas, carecem de efetiva correspondência empírica. Tal antecipação transforma o dialogismo não em uma teoria propriamente dita, submetida a verificação, falseabilidade e revisão, mas antes em um dispositivo hermenêutico que opera por projeção: impõe à diversidade das práticas discursivas um modelo relacional a priori, cuja validade é presumida e não demonstrada. Ao postular a dialogicidade como estrutura constitutiva de toda enunciação, independentemente de sua materialidade histórica ou de seus efeitos pragmáticos, o

dialogismo esvazia-se de poder analítico e aproxima-se de uma metafísica da linguagem, cuja circularidade explicativa reduz sua capacidade de discriminar, qualificar e historicizar os fenômenos discursivos.

Seu caráter esquemático, por pretender uma gramática universal da interação verbal, e contrafactual, por ignorar as situações em que não há abertura dialógica real, como nos discursos dogmáticos, automatizados ou coercitivos, compromete profundamente sua operatividade epistemológica. Frente a isso, impõe-se uma revisão crítica que não apenas refreie o ímpeto universalizante do dialogismo, mas também reinscreva o estudo do discurso nas coordenadas efetivas da linguagem em uso, conforme exigido por filosofias fundadas na imanência do real, como a filosofia concreta de Mário Ferreira dos Santos (1956, 1960, 1967). Somente assim será possível restituir ao pensamento sobre a linguagem sua densidade ontológica, sua responsabilidade descritiva e sua vocação analítica.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo central empreender um estudo, à luz da filosofia concreta (Santos, 1956, 1960, 1967), sobre o esquematismo contrafactual no interior do qual o dialogismo é forjado como conceito explicativo, evidenciando seu caráter contrafactual descolado das condições materiais e históricas da enunciação. Ao articular críticas ao hibridismo conceitual, à idealização das relações dialógicas e às fragilidades do dialogismo ante discursos autoritários, o artigo demonstrou que a universalização teórica proposta por Bakhtin, embora engenhosa, frequentemente opera como um esquema abstrato, distante da realidade concreta das práticas discursivas.

A partir de exemplos empíricos, como a leitura literária sem mediação contextual, a simulação de diálogo em pronunciamentos institucionais e a formação de bolhas discursivas nas redes sociais, confirmou-se que o dialogismo, em sua forma idealizada, não dá conta da complexidade dos fenômenos comunicativos, especialmente em contextos marcados por assimetrias de poder ou coerção simbólica. A omissão de tradições teóricas anteriores, como a poética e a retórica de Aristóteles, e a projeção da dialogicidade como condição inerente a todo enunciado afastam o dialogismo da realidade palpável, contrariando o princípio basilar da filosofia concreta de Mário Ferreira

dos Santos (1956, 1960, 1967), que exige a vinculação teórica ao real.

Em lugar de descrever com rigor os processos reais de produção de sentido, o dialogismo antecipa-os por meio de categorias idealizadas, sem correspondência empírica, convertendo-se mais em um mecanismo interpretativo do que em uma teoria passível de comprovação. Diante desse caráter esquemático e contrafactual, torna-se imperativa uma revisão crítica que reposicione o estudo do discurso no terreno concreto das práticas linguísticas, assegurando análises enraizadas na materialidade da comunicação. Isso faz do dialogismo um esquematismo contrafactual que opera fundamentalmente na grade teórica apenas.

Ora, a análise lógica pode prescindir dos fatos concretos, tal como o faz o dialogismo, entretanto, quando o faz, perde a capacidade explicativa pretendida. Por tal razão, o dialogismo e seus efeitos podem ser reformulados para tratarem de aspectos exclusivos da ordem lógica pertinente ao esquematismo universalizante quando contrafactual, porquanto não se pode tomá-los como totalizante. Decorrente dessa observação ratificada pela filosofia concreta (Santos, 1956, 1960, 1967), importa devolver o dialogismo ao pragmatismo de intenção e, então, ao seu devido lugar, uma possibilidade interpretativa de enunciados-textos, contudo, jamais, como se verifica na atualidade, ao lugar de teoria conclusiva de todo e qualquer produção independente dos participantes da situação de comunicação concreta.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Isabel Magalhães.

Brasília: Editora UnB, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

SOUZA, Amanda Mikaelly Nobre de; CARVALHO, Ivaneide Gonçalves de Brito. Dialogismo e redes sociais: uma análise do discurso político no Twitter. **Revista Linguagem em Foco**, v. 14, n. 3, p. 89-105, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/search/index?query=SOUZA&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=> . Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia concreta**. 2. ed. São Paulo: Edições Livre Expressão, 1956. 3 v.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Ontologia e cosmologia**. São Paulo: Edições Livre Expressão, 1960.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A sabedoria dos princípios: filosofia concreta do direito**. São Paulo: Edições Livre Expressão, 1967.

SOARES, Thiago Barbosa. **Arquiteturas do sentido: linguagem, história e simbolismo**. Campinas, SP: Pontes, 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.